

**52% das trabalhadoras ambulantes do Rio de Janeiro só cursaram o Ensino Fundamental, sendo que destas apenas 15% o concluíram;**

**50% começaram a trabalhar antes dos 14 anos de idade;**

**45% têm renda mensal inferior a um salário-mínimo;**

**70% já sofreram repressão da Guarda Municipal**

Estes são só alguns dos muitos dados revelados pela pesquisa "**A informalidade é formal**", realizada pela Casa da Mulher Trabalhadora – CAMTRA, com o apoio da UNIFEM, com 201 trabalhadoras do comércio ambulante no Centro do Rio de Janeiro.

A pesquisa foi realizada entre os meses Agosto a Dezembro de 2010 nas principais áreas comerciais do Centro Rio de Janeiro, abrangendo as regiões do SAARA, Largo da Carioca, Cinelândia, Passeio, Praça XV, Candelária, Castelo, Central, Lavradio e Praça Mauá. O público alvo da pesquisa foi de mulheres trabalhadoras ambulantes, maiores de 16 anos de idade, que trabalham por conta própria.

## PERFIL

A partir dos dados da pesquisa "**A informalidade é formal**" foi possível traçar o perfil das trabalhadoras ambulantes do Rio de Janeiro: **65% são negras**, considerando as que se auto-declararam pardas e pretas, 38% e 27%, respectivamente; e **24% são brancas**. A maioria tem mais de 30 anos, sendo que **34% têm entre 30 e 39 anos, 24% de 40 a 49 anos e 19% tem entre 50 a 59 anos; 41% são casadas** ou moram com companheiro e **40% são solteiras**.

Os dados acima reforçam as estatísticas nacionais e mais uma vez demonstram que as mulheres negras ocupam as profissões mais precárias no mercado de trabalho. Outro dado que chama a atenção é o alto número de trabalhadoras ambulantes com mais de 30 anos, o que pode apontar para uma maior dificuldade das mulheres que não são mais jovens entrarem e/ou permanecerem no mercado de trabalho formal.

Em relação ao local moradia, **77% das entrevistadas moram no município do Rio de Janeiro, 6% em São Gonçalo, 5% em Duque de Caxias e 2% em Niterói**. Também foram mencionados municípios de toda a Baixada Fluminense, se estendendo até Japeri, mas com menor porcentagem. Entre os bairros de moradia no município do Rio de Janeiro, predominam o **Centro (23%)**, seguido de bairros da Zona Oeste, como **Bangu (5%), Campo Grande (5%) e Anchieta (4%)**, entre outros. A maioria mora em casa própria, 53% e 33% em moradias alugadas. 62% das trabalhadoras moram com duas a quatro outras pessoas.

Ressalta-se que embora 53% tenham afirmado morar em casa própria, não foi verificado na pesquisa se estas moradias encontram-se em áreas irregulares ou em locais de risco. Situações muito prováveis, visto a renda média destas trabalhadoras, demonstradas abaixo.

## RENDA FAMILIAR

A respeito da renda familiar, **51% são co-chefes de família, 46% são chefes de família e apenas 3% são dependentes**. A renda mensal de **45%** das

entrevistadas **é de até R\$ 465,00** (salário mínimo na época de realização da pesquisa) e **35% ganha até R\$ 930,00**. Este dado vai ao encontro das estatísticas nacionais, que demonstram que cada vez mais lares brasileiros são chefiados por mulheres e também que a renda das mulheres há muito deixou de ser apenas um complemento da renda familiar, tornado-se essencial e muitas vezes a única. Por outro lado, revela também a baixa renda destas mulheres para sustentar suas famílias e a desvalorização deste trabalho.

## ESCOLARIDADE

A baixa escolaridade destas trabalhadoras foi uma triste constatação encontrada pela pesquisa. **37%** das trabalhadoras ambulantes têm apenas o **Ensino Fundamental Incompleto**, **15% somente concluíram o Ensino Fundamental**. **10 % destas tem o Ensino Médio Incompleto e 28% o Ensino Médio Completo**. Das entrevistadas, **93% não estudam atualmente**. Entre as razões para não estudarem mais: **43%** apontaram **falta de tempo** como a principal responsável, **16%** disseram **não ser possível conciliar com o trabalho** e **8%** disseram ser **por causa da família**.

O baixo grau de escolaridade destas trabalhadoras demonstra que antes das ambulantes terem sido excluídas do mercado formal de trabalho, as mesmas foram excluídas da escola. Isto é, não tiveram seu direito a educação assegurado, colocando as numa situação de vulnerável frente ao mercado de trabalho. Além disto, o fato de praticamente todas estas ambulantes não estarem atualmente revela as dificuldades enfrentadas pelas mulheres para retomarem seus estudos, frente à carga horária e dupla jornada de trabalho. Esta situação que foi apontada por elas mesmas, também é reforçada pelos dados a seguir.

## DUPLA JORNADA DE TRABALHO

A propósito da jornada de trabalho, **59%** das entrevistadas **trabalham 5 dias na semana**, **24% trabalham 6 dias** e **10% trabalha os 7 da semana**. **71% trabalham 8 horas diárias e 25% trabalham entre 10 a 12 horas diárias**. Para chegarem até seu local de trabalho, **36%** das trabalhadoras ambulantes **gasta ainda de 1 a 2 horas**, **33% até 30 minutos** e **20% de 2 até 3 horas**.

A cerca das tarefas domésticas, **66%** das mulheres entrevistadas **são as responsáveis pela realização das tarefas domésticas** em sua casa. Destas, **32%** levam de **2 à 3 horas diárias para concluírem essas atividades**, **11%** declararam gastar **5 horas diárias** e **22%** o fazem **apenas no final de semana**. De 29% das ambulantes que responderam ser outra pessoal a responsável pelas tarefas domésticas, **as (os) filhas (os) são quem realizam essas ações (46%)**, **seguido da mãe das entrevistadas, 17%** e **as (os) irmãs (os), 14%**. Sendo a maioria entre as (os) filhas (os) e irmãs (ãos) de mulheres.

Embora 41% das entrevistadas sejam casadas e/ou morem com companheiros, apenas **5% apontaram o companheiro como responsável pelas tarefas domésticas**. O que mais uma vez reforça, que as mulheres mesmo ao trabalhar fora de casa continuam sendo as principais responsáveis pelas tarefas domésticas. O que por sua vez contribui para que as mesmas ocupem postos mais precários e vulneráveis no mercado de trabalho para conseguirem conciliar com os encargos domésticos.

## MATERNIDADE E DIREITOS

Ainda a cerca do âmbito familiar, **83% têm filhas (os)**. Destas, **42% tem de 3 a 5 filhas (os)**, **28% tem 2 filhas (os)**, o mesmo índice de mulheres que tem **1 filha (o)**. Sobre com quem ficam suas (seus) filhas (os) para poderem trabalhar, **15%** disseram que as (os) já **são adultos; 33% ficam sozinhos** e **25%** ficam com **alguém da família**.

Estes dados revelam a falta de creches para atender as (os) filhas (os) destas trabalhadoras, que são obrigadas a realizarem os arranjos familiares e/ou deixarem suas (seus) filhas (os) em situações de risco para trabalharem. Sobre a escolaridade das (os) filhas (os) das trabalhadoras ambulantes, **93%** das (os) que estão em idade escolar estão estudando, sendo 77% na Escola Pública.

Um dado muito preocupante é o fato de que **52 % das ambulantes entrevistadas que tiveram filhas (os) tiveram resguardo após o parto, porém sem receber o benefício do salário-maternidade; 25% não tiveram resguardo e apenas 23% tiveram resguardo pós-parto recebendo o benefício do salário maternidade**. O que mais uma vez revela que estas trabalhadoras estão à margem de qualquer direito social, uma vez menos de ¼ destas tiveram o acesso aos direitos assegurado às mulheres no pós-parto, quais sejam o resguardo e o salário-maternidade. Colocando em risco sua própria saúde e de suas (seus) filhos (os) por terem que retornar ao trabalho o mais rápido possível/ou por outro lado ficarem sem nenhuma renda durante o período de resguardo após a gravidez.

## ACESSO A PREVIDÊNCIA SOCIAL

Esta situação é reforçada pela falta de acesso destas trabalhadoras a Previdência social, apenas **21% contribuem atualmente para o INSS, 44% das trabalhadoras já contribuíram, 33% nunca contribuíram e 2% não sabiam que era possível contribuir**. O que mais uma vez reforça a situação de vulnerabilidade social a que as trabalhadoras ambulantes estão expostas, principalmente frente a situações que comprometam sua força de trabalho, como doenças e acidentes, a velhice e a maternidade (conforme já visto acima). Esta situação é torna-se ainda mais preocupante ao relacionarmos com a média de idade destas trabalhadoras, a maioria entre 30 e 60 anos, visto o tempo de contribuição necessária para a aposentadoria.

É importante destacarmos o fato de apenas 2% destas trabalhadoras desconhecerem que é possível contribuir para a previdência social. O que nos permite analisar por um lado que estas trabalhadoras estão tendo acesso a informações sobre este direito. Por outro lado, faz-se necessária uma investigação sobre que outras questões as impedem de acessá-lo, pelos dados da pesquisa nos é possível afirmar, que o mais provável seja a baixa-renda destas trabalhadoras.

## INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Sobre a inserção no mercado de trabalho, **50% das ambulantes começou a trabalhar antes dos 14 anos de idade, 43% entre 14 e 18 anos e apenas 7% com mais de 18 anos.** Em relação ao tempo que a entrevistada atua no mercado informal, **44% trabalha há mais de 10 anos como ambulante e 31% entre 5 e 10 anos.**

A **inserção no mercado de trabalho formal fez parte de 63% das entrevistadas**, que informaram já terem trabalhado com carteira assinada em algum momento da vida. Porém, provavelmente esta inserção se deu em postos com baixa estabilidade, visto que ao serem perguntadas sobre a principal razão para trabalharem no **mercado informal 50% responderam por não ter conseguido um emprego e 11% responderam porque conseguem uma renda maior** trabalhando como ambulantes.

## CONDIÇÕES DE TRABALHO

Em relação às condições de trabalho de sua atual ocupação, **36% das ambulantes entrevistadas têm licença da prefeitura** para desempenhar a função e **42% ainda não têm o documento.** Destas, 17% tem licença provisória, 11% têm permissão e 10% estão aguardando o resultado do pedido de autorização. **78% das entrevistadas conhecem os procedimentos para serem legalizadas. 96% gostariam de trabalhar como ambulante legalizada.** Revelando o desejo destas trabalhadoras de conquistarem segurança e estabilidade no desempenho de seu trabalho.

Sobre a localização que trabalham, **37% o escolheram por ter uma grande circulação de pessoas, 19% foram alocadas pela prefeitura e/ou não escolheram o local e 8% escolheram por ter uma menor repressão da Guarda Municipal.**

Durante a jornada de trabalho, **84% das entrevistadas não fazem pausa para almoçar.** Das trabalhadoras que pausam para almoçar, índice de 16%, **62% param por apenas 30 minutos.** Mais uma vez demonstrando a precariedade das condições de trabalho das ambulantes e os riscos à saúde que ficam expostas, pela falta de alimentação adequada.

Para poderem ir ao banheiro durante a jornada de trabalho, **61% das trabalhadoras utilizam os banheiros de restaurantes, bares e/ou**

**lanchonetes.** Revelando a falta de outra política para atender esta população: os banheiros públicos.

## REPRESSÃO ESTATAL

A repressão das forças policiais é uma constante na vida destas trabalhadoras, **70% das ambulantes já sofreram repressão da Guarda Municipal, 61% já tiveram as mercadorias apreendidas, 16% já foram agredidas pela PM e/ou Guarda Municipal e 4% já foi detida e/ou presa.** Demarcando mais uma vez a situação de vulnerabilidade destas trabalhadoras, que estão mais suscetíveis a serem vítimas violência e violações de seus direitos por parte dos agentes do Estado. E mais ainda demonstra a necessidade de uma mudança na postura do Estado frente a esta população, pois revela que a única política pública voltada para esta população tem sido repressão através de forças policiais.

A partir destes e outros dados da pesquisa "**A informalidade é formal**" a CAMTRA esta elaborando um material informativo voltado para as ambulantes, que entre outras informações constará como as trabalhadoras devem proceder em situação como estas e quais são seus direitos.

Salientamos que durante a realização da pesquisa, a Prefeitura do Rio de Janeiro já realizava a Política "Choque de Ordem", que foi alvo de constantes reclamações pelas trabalhadoras ambulantes, que denunciavam o aumento da repressão.

Outra situação que contribui para a vulnerabilidade das ambulantes é a falta de acesso a informações sobre a legislação que regulamenta a profissão, visto **82% das entrevistadas não conhecem a Lei Municipal sobre o Comércio Ambulante (Lei 1876/92).** O que assinala a necessidade de ações para a divulgação desta legislação, seja por parte dos Governos, seja pela sociedade civil organizada.

## ORGANIZAÇÃO DA CATEGORIA

**51% das trabalhadoras ambulantes não conhecerem nenhum sindicato ou associações da categoria.** Do percentual de 49% que conhecem algum sindicato ou associação, os mais citados foram: AUVACA (32%), MUCA (16%), AVARPA (10%) e ASSAC (10%).

Por outro lado, apesar de mais da metade não conhecerem essas instituições, a grande maioria **68% das ambulantes acreditam que os sindicatos ou associações podem contribuir para a melhoria das condições de trabalho.** Demonstrando o interesse das mesmas na organização da categoria em prol de melhorias para a categoria.

## ACESSO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS BÁSICOS

Sobre acesso a serviços públicos básicos, 89% das residências têm saneamento básico, 99% energia elétrica e 93% coleta de lixo. Ressaltamos que embora o percentual seja baixo, há trabalhadoras ambulantes que residem em locais

sem saneamento básico, energia elétrica e coleta de lixo, o que coloca em risco a saúde destas e de suas famílias.

O serviço público de saúde é utilizado por **81% das trabalhadoras, mas 38% não utilizam a farmácia do SUS por não encontrarem os remédios**. Sobre a saúde sexual e reprodutiva, 68% das entrevistadas não acessam métodos contraceptivos nos hospitais públicos. Das que conseguem (32%), 55% conseguem preservativos e 41% anticoncepcional. Estes dados reforçam a precariedade dos serviços públicos de saúde, que embora seja acessado por esta população, não atende a totalidade de suas demandas.

## VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Quando perguntadas se já sofreram algum tipo de violência contra a mulher, **35% responderam já ter sofrido algum tipo de agressão**. Destas, **57% não tomaram nenhuma providência quando foram agredidas e 29% registraram o caso na delegacia**.

Demonstrando mais uma vez a persistência da violência contra a mulher e o alto número de mulheres que não denunciam estes casos. O baixo número de denúncias pode ser atribuído a uma série de causas, que vão desde a tolerância das mulheres a este tipo de agressão a não confiança nos órgãos policiais.

### REALIZAÇÃO:



### APOIO:



Endereço: Rua da Lapa, nº 180, sala 806, Centro - CEP: 20021-180 - Rio de Janeiro - RJ  
Telefax: (21) 2544-0808

End. eletrônico: [www.camtra.org.br](http://www.camtra.org.br) / [camtra@camtra.org.br](mailto:camtra@camtra.org.br)

CNPJ: 01.773.051/0001-19